

POLÍTICAS SOCIAIS NO CAPITALISMO: uma faca de dois gumes?

Beatriz Dantas Gomes Bezerra¹

Carmem Lúcia Néo Alves²

Mirley Jordana Fernandes da Silva³

RESUMO

As políticas sociais são fruto das mobilizações e reivindicações da classe trabalhadora. Embora não se possa indicar o seu início com precisão, muitos estudiosos apontam que esta foi gestada no período de convergência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução industrial, das lutas de classe e da intervenção do estado. Diante desse contexto, o artigo que ora apresentamos tem como objetivo "Discutir a relação das Políticas Sociais com Estado no capitalismo". Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em torno da literatura que debate a temática, com a finalidade de fundamentar a discussão teórica. Concluimos que, as políticas sociais no modo de produção capitalista se apresentam como uma faca de dois gumes, visto que estas contribuem para a melhoria da condição de vida e trabalho da classe trabalhadora, contudo, colabora para manutenção do modo de produção capitalista, nos distanciando da sua superação.

Palavras-chaves: Política Social; Estado; Capitalismo.

ABSTRACT

Social policies are the result of the mobilizations and demands of the working class. Although it is not possible to indicate its beginning precisely, many scholars point out that it was gestated in the period of convergence of the movements of rise of capitalism with the Industrial Revolution, of class struggles and of state intervention. Given this context, the article presented here aims to "Discuss the relationship of Social Policies with the State in capitalism". To this end, a bibliographic research was carried out around the literature that debates the theme, with the purpose of substantiating the theoretical discussion. We conclude that social policies in the capitalist mode of production are presented as a double-edged sword, since they contribute to the

¹ Programa de Pós-graduação Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Bacharel em Serviço Social (UERN). Especialista em Atenção Básica e Saúde Materno-Infantil pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Serviço Social e Instrumentalidade pela Faculdade Única. E-mail: beatriizbezerra@hotmail.com

² Programa de Pós-graduação Serviço Social e Direitos Sociais da UERN. Bacharel em Serviço Social (UERN). E-mail: carmemneovalves@gmail.com

³ Programa de Pós-graduação Serviço Social e Direitos Sociais da UERN. Bacharel em Serviço Social pela UERN. E-mail: mirleyjordanaaaa@gmail.com

improvement of the living and working conditions of the working class, however, it contributes to the maintenance of the capitalist mode of production, distancing us from its overcoming.

Keywords: Social Policy; State; Capitalism.

1 INTRODUÇÃO

A intervenção sistemática do Estado por meio de Políticas Sociais se inicia na fase monopolista do capitalismo, embora não seja possível indicar com exatidão o seu surgimento, a literatura aponta que essas se gestaram no período de industrialização do capitalismo na Europa, especialmente na Inglaterra. É importante destacar que as mobilizações da classe trabalhadora têm um papel crucial nesse processo, tendo em vista que é apenas quando essas mobilizações são enxergadas como uma ameaça para ordem capitalista que há uma maior intervenção do Estado junto às demandas dos trabalhadores, sendo criadas as Políticas Sociais. Nesse contexto, as Políticas Sociais assumem configurações diferenciadas entre os países, a depender do nível do desenvolvimento do modo de produção e do grau de mobilização dos trabalhadores. (SANTOS, 2017).

Desse modo, o presente artigo tem como objetivo “Discutir a relação das Políticas Sociais com o Estado no capitalismo”. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em torno da literatura que debate a temática, com a finalidade de fundamentar a discussão teórica.

Assim, buscamos contribuir com a produção teórica sobre as Políticas sociais inseridas no contexto capitalista, bem como suscitar reflexões acerca das particularidades que envolvem essa relação.

2 A RELAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS COM ESTADO NO CAPITALISMO

Para compreendermos como se estabelece a relação do Estado com as políticas sociais se faz necessário entender a concepção de Estado e de política social

que sustentam tais ações e programas de intervenção, ademais é fundamental considerarmos o seu contexto histórico e modelo de sociedade (HÖFLING, 2001).

Para darmos início a discussão, consideramos ser pertinente esclarecermos a diferença entre estado e governo. Para Höfling (2001) o Estado pode ser compreendido como um conjunto de instituições permanentes (tribunais, exército, órgãos legislativos e outros que não formam um bloco homogêneo) que permitem a ação do governo. No que se refere ao governo, a autora define este como um conjunto de programas e projetos que cidadãos (técnicos, políticos e membros da sociedade civil) sugerem para a população como um todo, configurando a direção política de um governo específico que assume as funções de Estado de acordo com o período de seu mandato.

Nesse contexto as políticas públicas se configuram como a ação do estado no processo de implementação de um projeto de governo, através de ações e programas direcionados para segmentos específicos da sociedade. Se faz necessário destacar que aqui elas são compreendidas como responsabilidade do estado. Portanto, as políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais. E as políticas sociais se configuram como as ações que estabelecem o padrão de proteção social praticado pelo Estado, direcionadas, em princípio, para redistribuição de benefícios sociais com intuito de minimizar as desigualdades sociais estruturais criadas pelo desenvolvimento econômico. As políticas sociais são frutos dos movimentos populares do século XIX, que surgiram do conflito capital *versus* trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais (HÖFLING, 2001).

É importante destacar que no modo de produção capitalista temos o domínio da riqueza sobre a sociedade, a economia é voltada ao interesse da minoria dominante. O modo de produção capitalista é organizado de modo que o trabalho sempre seja subordinado ao capital e qualquer alternativa a isso deve ser suprimida (MÉSZÁROS, 2002).

O Estado no contexto capitalista se torna o centro do poder de decisão da burguesia. Esta utiliza a maquinaria, os recursos e poder do Estado, para poder

atender às suas necessidades que não foram sanadas na esfera privada. Assim, o Estado assume configurações e funções capitalista, prosseguindo, através delas, pelo campo do despotismo político, não para atender os interesses “gerais” ou “reais” da nação, mas sim os da classe dominante (FERNANDES, 2006).

Para Mandel (1986) o Estado na sociedade capitalista tem como principais funções: garantir as condições gerais de produção que não conseguem ser asseguradas pelas atividades privadas da burguesia; conter qualquer ameaça das classes dominadas a ordem capitalista; e integrar as classes dominadas, garantindo que as ideias da classe dominante sejam predominantes.

É nesse cenário de privilégio ocupado pela burguesia e de derrocada da classe trabalhadora, que se estabelece o antagonismo que é a base do capitalismo e da luta de classes. É apenas com a tomada de consciência política dos trabalhadores do conflito intrínseco do capitalismo, capital *versus* trabalho, que surgem as manifestações sociais solicitando o reconhecimento do Estado de alguns direitos sociais que criam algumas iniciativas de políticas sociais (FECHINE; ROCHA; CUNHA, 2014).

Assim não podemos indicar com precisão os surgimentos das primeiras iniciativas de políticas sociais, uma vez que como processo social, elas se conceberam na convergência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução industrial, das lutas de classe e da intervenção do estado. Seu surgimento é habitualmente vinculado aos movimentos de massa social-democratas e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental do final do século XIX (PIERSON *apud* BERING; BOSCHETTI, 2011), porém sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, principalmente na sua fase tardia, após segunda guerra mundial. (BERING; BOSCHETTI, 2011),

No capitalismo as políticas sociais têm sua origem nas reivindicações sociais, que são apropriadas pela burguesia de modo que acatem as solicitações da classe trabalhadora, mas sem atrapalhar o processo de reprodução e manutenção do capital. É nesse contexto que o Estado a fim de apaziguar essas tensões, cria as políticas

sociais. Essas políticas se configuram enquanto um conjunto de ações de caráter preventivo, voltadas a oferecer serviços aos que dela necessitarem.

Deve-se notar que tais iniciativas não se limitam à iniciativas do Estado ou de sujeitos isolados, se materializam através de relações políticas e econômicas que estabelecem a forma como devem ser desenvolvidas. Deste modo, acaba favorecendo a manutenção da ordem capitalista, uma vez que, na esfera política busca-se através da aceitação popular o controle da ordem social, que está intimamente relacionada à manutenção do domínio econômico e das condições de trabalho. Por esta razão as políticas sociais são também mecanismos de reprodução da força de trabalho, e os capitalistas permitem a intervenção do Estado desde que não atrapalhem na reprodução do capital (FECHINE; ROCHA; CUNHA, 2014).

Pode-se afirmar que as políticas sociais surgiram e foram implementadas de forma diferenciada entre os países, dependendo dos movimentos de organização, da pressão da classe trabalhadora e do grau de desenvolvimento das forças produtivas (SANTOS, 2017, p.7).

Em meio aos modelos de políticas sociais, dois difundiram na história, a partir do contexto e dos diversos determinantes envolvidos no período, servindo de alicerce, inclusive, para os padrões de proteção social futuros, são eles: o beveridgiano e o bismarkiano, que se configuram resumidamente, respectivamente, pela universalização e restrição (via seguros) dos direitos sociais (SILVA, 2013).

É mister ressaltar que as políticas sociais assumiram diferentes configurações no decorrer da história, e dentro do capitalismo a que melhor supriu as necessidades da classe trabalhadora foi o Welfare State ou Estado de Bem-Estar Social (FECHINE; ROCHA; CUNHA, 2014).

O Welfare State ou Estado de Bem-estar Social nasceu após a Segunda Guerra Mundial em alguns países desenvolvidos e está vinculado a um conjunto de serviços sociais realizados pelo Estado para a população, tendo como objetivo garantir alguns benefícios de caráter universal e igualitário para que a mesma possa enfrentar as desigualdades presentes na sociedade capitalista. É nesse momento que

acontecem transformações significativas no padrão de intervenção social nas economias de capitalismo avançado como na Europa, porém, essa intervenção social acabou se configurando em um mecanismo para preservar a força de trabalho através de serviços públicos, e assim colaborar com a expansão econômica que ocorria no mundo na década de 1950. (FECHINE; ROCHA; CUNHA, 2014).

Silva (2013) corrobora com os autores mencionados acima ao ressaltar que as formulações de Keynes e Beveridge (basilares para Welfare State ou Estado de Bem Estar Social) não tinham objetivos de superar a ordem capitalista. Suas ações e estratégias vislumbravam apenas colaborar com a estabilidade e harmonia do modo de produção e conseqüentemente para que ocorresse a obtenção e acúmulo de lucros.

Mishara, cita Bering e Boschetti (2011) destaca que os princípios basilares do Welfare State são aqueles indicados pelo Plano de Beveridge: 1) responsabilidade do Estado na manutenção das necessidades de vida população, por meio de um conjunto de medidas pautadas nos três pilares: regulação da economia do mercado com objetivo de manter elevado índice de emprego; oferta pública de serviço universais, como segurança social. Educação, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade nos serviços sociais; e 3) criação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência social.

Nesse contexto, as políticas sociais passaram por uma forte expansão no período pós-segunda guerra mundial. Em alguns países da Europa e dos Estados Unidos elas começaram a ser mais amplas, configurando-se de maneira diferenciada através da seguridade social. Outro ponto decisivo deste momento é a maior intervenção do Estado nas regulações dos aspectos econômicos e relações sociais. (SANTOS, 2017)

Na tentativa de romper com uma das maiores crises econômicas capitalista, a crise de 1929, e Estado em parceria com o capital criam um conjunto de reformas econômicas, sociais e políticas, tendo como ponto central o Keynesianismo e o Fordismo. Na política (circulação) e na economia (produção), simultaneamente, essas

medidas possibilitaram um crescimento econômico e a obtenção de altas taxas de lucro durante uma época conhecida como “Anos dourados”, de 1940 aos finais da década de 1960. Nesse período, houveram ganhos para a classe trabalhadora, através de acordos coletivos e expansão dos direitos sociais, viabilizados pelas políticas sociais, especialmente em alguns países de capitalismo central onde vigorou o Welfare State ou Estado de Bem-estar Social. No entanto, com o esgotamento do padrão de produção de base Keynesiano/fordista no final da década de 1960 inicia uma nova crise econômica, que não responde mais às medidas anteriores. (SANTOS, 2017).

Assim, a partir de 1970 o capitalismo vivencia uma fase que fica conhecida como crise estrutural que apresenta características diferentes das chamadas crises cíclicas. Apesar desta não conseguir extinguir consecutivas crises cíclicas, a crise estrutural se apresenta nas bases do capitalismo evidenciando os limites para perpetuação do capital. Este tipo de crise se apresenta de modo universal, porque atinge todas as esferas da produção; global porque se estende a todos os países capitalistas; e permanente por se apresentar de forma contínua. (MÉSZÁROS, 2002)

A crise vivenciada pelo capitalismo a partir do início da década de 1970, e adoção da prática de medidas neoliberais, e a incapacidade estrutural de garantir trabalho para todos, faz com que os países em que o Welfare State foi implantado, comece a diminuir a lógica do seguro. (BOSCHETTI, 2009).

Diante desse cenário, se faz necessário entendermos as mudanças societárias ocorridas no cenário mundial sucedidas da crise do capital a partir dos anos sessenta, onde o mundo capitalista caiu numa profunda recessão gerando a sua reestruturação produtiva. (FECHINE; ROCHA; CUNHA, 2014). O desenvolvimento dos processos de “reestruturação do capital” a sua crise estrutural, principalmente a que se apresentou no início dos anos de 1970 e que tiveram na acumulação flexível e nas políticas de ajustes neoliberais seus subsídios fundamentais. (DURIGUETO; MARRO, 2016).

PPGPP
30 ANOSIOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Nesse cenário, “o neoliberalismo, tornou-se uma nova ordem mundial, a partir dos anos 80 e 90, primeiro na Europa e depois em toda a América, de norte a sul”. (MARQUES, 2016).

O primeiro país de capitalismo avançado a ser implementada a lógica neoliberal foi a Inglaterra, no governo de Thatcher (1979), em seguida nos EUA (1980) no governo Reagan e em 1982 na Alemanha de Kohl. O neoliberalismo apresentou diferenciações de país para país. Por exemplo, na Inglaterra o programa neoliberal foi mais implementado de forma mais incisiva, sendo seus rebatimentos mais perceptíveis: aumento do número de desempregados; aumento nas taxas de lucros, redução dos impostos sobre os maiores rendimentos, privatizações e legislações anti-sindicais. (ANDERSON apud FECHINE; ROCHA; CUNHA, 2014).

Na América Latina, o neoliberalismo teve como implicações o enfraquecimento do Estado e a difusão da ideia de que apenas os serviços privados são eficientes, enquanto o que é público é visto como corrupto e ineficiente. Atualmente temos um Estado voltado a atender mais os interesses das classes dominantes em detrimento das classes subalternas, já que é visível que a lógica neoliberal do antagonismo entre as classes se aprofundou ainda mais. (FECHINE; ROCHA; CUNHA, 2014).

Assim, assistimos a partir dos anos de 1990, especialmente nos espaços institucionais que operam as políticas sociais, uma grande tendência de redirecionamento da perspectiva de organização e mobilização social, no horizonte da emancipação humana, para o horizonte da subalternidade, procurando a legitimação das classes subalternas, do novo modelo de políticas sociais com fundamentos neoliberais. O neoliberalismo apadrinha a mercantilização das políticas sociais, deslocando para o setor privado os deveres do Estado no que se refere às políticas públicas, em detrimento das necessidades como direito; e aposta na cooptação das organizações e lutas da classe trabalhadora, por meio de programas profundamente assistencialistas, mas que respondem mesmo que de forma incipiente, as necessidades das classes subalternas. (LOPES; CARDOSO, 2009).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSIOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COABE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Para a teoria neoliberal, as políticas sociais -a intervenção do Estado na busca de regular o desequilíbrio ocasionado pelo desenvolvimento econômico- são compreendidas como um dos maiores obstáculos para este desenvolvimento e pela crise que atravessa a sociedade. A ação do Estado se apresenta como uma ameaça à concorrência privada e às liberdades individuais, podendo dificultar os mecanismos que o próprio mercado é capaz de criar para restituir seu equilíbrio. Tendo em vistas que o mercado é indicado pelos neoliberais como responsável por equilibrar as relações entre os indivíduos e as oportunidades na estrutura ocupacional da sociedade. (HÖFLING, 2001).

Nesse cenário, a tendência geral tem sido a redução e restrição de direitos, convertendo as políticas sociais (a depender do grau de mobilização e do nível de consolidação da democracia e da política sociais nos países) em intervenções compensatórias e pontuais voltadas para os interesses mais sombrios da crise. As ações preventivas e possivelmente redistributivas tornam-se mais limitadas, sobressaindo o trinômio articulado da lógica neoliberal para as políticas sociais: focalização, privatização e a descentralização. Sendo a última configurada não como compartilhamento de poder entre as esferas públicas, mas como mera transferência de responsabilidade para entes federados ou para serviços privados e novas formas jurídico-institucionais correspondentes, elemento central da “reforma” e dos direcionamentos das instituições internacionais para proteção social. (BERING; BOSCHETTI, 2011),

Assim o projeto neoliberal se apresentou com uma barreira para o seguimento do avanço da perspectiva de emancipação em todo mundo ao desarticular as bases do movimento operário, a partir da reestruturação produtiva, das relações de trabalho e da ideologia neoliberal, que ataca os direitos que a classe trabalhadora conquistou durante anos de luta. (ANTUNES, 2006).

É importante destacar que as diretivas neoliberais não se implementaram sem resistência. O aumento de movimentos e conflitos de classe, na América Latina nas últimas décadas, por exemplo, nos permite verificar a exibição de mobilizações que

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSIOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

apresentam as tensões classistas do mundo do trabalho e exibem a proliferação de diferentes sujeitos do antagonismo de classes. A partir desse cenário, podemos notar elementos semelhantes nas rebeliões populares e crises que mobilizaram as massas na década de 1990 e 2000, em países como Equador, Argentina, Bolívia, México, Chile, Paraguai e Venezuela mostrando o protagonismo dos movimentos camponeses, indígenas e desempregados. (DURIGUETO; MARRO, 2016).

É nesse contexto latino-americano que surgem as mobilizações das massas de junho de 2013, ressaltando os efeitos nocivos das políticas neoliberais para a reprodução da classe trabalhadora, atreladas a intensa mercantilização das cidades e a precarização das políticas sociais (principalmente educação e saúde), o desemprego, a superexploração da força de trabalho e a violência da classe dominante que apela sistematicamente ao extermínio policial. (DURIGUETO; MARRO, 2016).

Dessa forma, visualiza-se forte protagonismo de movimentos urbanos, a exemplo o Movimento Passe Livre, os Comitês Populares da Copa, as greves dos trabalhadores que rompem com suas direções sindicais que se encontram em grande processo de desgaste (Garis no carnaval do Rio de Janeiro em 2014 e metroviários em São Paulo). Ressalta-se também as mobilizações dos atingidos por barragens nas denúncias das catástrofes ambientais do Pará, Minas Gerais e Paraná; a mobilização contra à desapropriação de terras do povo guarani no Mato Grosso; a mobilização de mulheres em diversos movimentos que vem combatendo a violência de gênero, o machismo e a regressão dos direitos; a mobilização dos jovens nas escolas públicas de São Paulo em 2015. (DURIGUETO; MARRO, 2016).

Diante desse cenário, podemos observar que ao passo que o sistema capitalista intensifica a exploração do trabalho, visualiza-se o aumento da desigualdade econômica e social, a desumanização das relações sociais, a deterioração do meio ambiente (que por vezes é irreversível), a classe trabalhadora tem suas condições de vida afetada e piorada entre outros desdobramentos. Esse conjunto de problemáticas foi e é desmascarado com mobilizações das classes

PROMOÇÃO



APOIO



subalternas que tomam a cena política requerendo respostas do poder público e das classes dominantes. Desta forma, o que a história tem nos mostrado é que o Estado se expandiu para gerenciar os conflitos entre as classes, buscando por um lado incorporar mecanismo de consenso e cooptação, por outro criminalizando a “questão social” e contendo a classe trabalhadora. (GONÇALVES; ALAGOANO, 2017).

Nesse cenário de tensão entre as classes, o Estado usa seu maquinário a fim de manter a ordem e as engrenagens do capital, como bem afirma Silva (2013, p. 288):

É importante destacar que essas transformações e mutações do Estado não acontecem de maneira independente ou apática da classe trabalhadora, que reivindica, de um lado, a manutenção de direitos sociais historicamente conquistados e, de outro, a aquisição de novos. Fundamentalmente, a ação perpetrada pelo Estado para com a classe trabalhadora não ocorre descolada de diversas reivindicações, cujo não atendimento poderia pôr em xeque a ordem instalada pelo capital na sociedade: é o momento no qual ele “dá o anel, para não perder os dedos”!

Assim, vemos que as Políticas sociais e os direitos da classe trabalhadora são conquistados através do processo de mobilização e organização desses sujeitos ao longo da história e na sociedade capitalista especialmente no neoliberalismo tais conquistas são cotidianamente atacadas na tentativa de salvar o capital. Em meio a este contexto de tensões e contradições as políticas sociais no modo produção capitalista remam contidamente contra a maré, tentando resistir aos ataques das investidas neoliberais. Por fim, se faz necessário destacar que no capitalismo as políticas sociais “servem aos senhores”, a classe trabalhadora ao passo que melhora as suas condições de vida e trabalho e a burguesia na medida em que contribui para a manutenção do capitalismo.

3 CONCLUSÃO

As políticas sociais inseridas no modo de produção capitalista foram gestadas a partir da mobilização e reivindicações dos trabalhadores por melhorias nas suas

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COABE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

condições de vida e trabalho e pela luta do reconhecimento do Estado dessas demandas enquanto direito. No entanto, estas foram apropriadas pela burguesia se transformando como uma engrenagem para manutenção da ordem capitalistas, na medida em que a máquina, os recursos e o poder do Estado são utilizados para apaziguar as tensões entre as classes para que o modo de produção capitalista não seja colocado em xeque. Ademais, esta contribui com a reprodução da força de trabalho, partilhando os custos dessa manutenção com a população.

O Estado nesse contexto é cooptado pela classe dominante e acaba assumindo as funções e interesses do capitalismo, sendo tal características rebatidas na forma como as políticas sociais vão ser formuladas e implementadas a depender do cenário político e econômico em que elas estejam inseridas. A exemplo podemos citar os ataques sofridos pelas políticas sociais no neoliberalismo em que para superar a crise estas são marcadas por grandes cortes e assumem um caráter de mercadoria, onde a responsabilidade do Estado é transferida para o setor privado, fazendo com que as políticas sociais têm sua configuração enquanto direito deturpada. Além disso, o neoliberalismo aposta no processo de desmobilização da classe trabalhadora, através do cooptação das organizações e lutas dessa classe, por meio de programas fortemente assistencialistas, mas que atendem mesmo que de modo incipiente, as necessidades das classes subalternas

Dito isto, concluímos que as políticas sociais no modo de produção capitalista se apresentam como uma faca de dois gumes, dado que esta contribui para a melhoria da condição de vida e trabalho da classe trabalhadora, no entanto, colabora para manutenção do modo de produção capitalista, tornando sua superação uma realidade ainda mais distante.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Construção e Desconstrução da Legislação Social no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

PROMOÇÃO



APOIO



BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 9. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação**. Brasília, DF: CFESS, 2009.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MARRO, Katia. Serviço Social, Lutas e Movimentos Sociais: a atualidade de um debate histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

FECHINE, Ana Karine Ferreira da Silva; ROCHA, Márcia Maria de Sá; CUNHA, Thanúzia Hensel da. O NEOLIBERALISMO E A FORMATAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. **Socializando**, [s. l.], ano 1, ed. 2, p. 50-63, 2014. Disponível em: https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2015/11/Socializando_20142_4.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

GONÇALVES, Taciane Couto; ALAGOANO, Verônica Medeiros. SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS. **Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros- MG, v. 1, ed. 1, p. 66-82, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/678/790>. Acesso em: 28 out. 2022.

HÖFLING, Eloisa De Mattos. ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS. **Cadernos Cedes**, [s. l.], v. XXI, ed. 55, p. 30-41, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 nov. 2022.

LOPES, Josefa e CARDOSO, Franci. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. In: *Os Economistas*, 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986, p. 333-350.

MARQUES, Sabrina Rodrigues. Neoliberalismo: Uma fase atual do capitalismo. In: **Encontro Regional de História**, XV, 2016, Curitiba. Disponível em : http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/45/1460991918_ARQUIVO_SabrinaRodriguesMarques.pdf . Acesso em: 16 nov. 2022.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023

COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. (Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa). São Paulo: Boitempo; Ed. Unicamp. 2002.

SANTOS, Milena da Silva. TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO ESTADO CAPITALISTA: gênese, auge e crise. In: **Jornada internacional de políticas públicas**, VIII, 2017, São Luís. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/trajetoriadaspoliticassociaisnoestadocapitalistageneseaugeecrise.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2022.

SILVA, Hiago Trindade de Lira. Políticas Sociais no Capitalismo e a Contrarreforma do Estado... Uma história sobre a perda de direitos no Brasil. **Revista Praia Vermelha**, [s. l.], v. 23, ed. 1, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/9643>. Acesso em: 16 nov. 2022.

PROMOÇÃO



APOIO

